

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 99/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
99/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	LUYN SON FELIPE DE MORAIS	30/04/2026 13:50 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		1181-2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para a execução de obras civis destinadas à construção de **294 (duzentas e noventa e quatro) novas sepulturas**. O projeto compreende a infraestrutura completa de **05 (cinco) novas quadras** (QN-130, QN-131, QN-132, QN-133 e QN-134), de acordo com as especificações técnicas, projetos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.1. Classificação dos Serviços

1.1.1. Os serviços objeto deste certame classificam-se como **serviços comuns de engenharia**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. Regime de Execução

1.2.1. A contratação é enquadrada como de **serviços não contínuos (contratação por escopo)**, uma vez que visa à entrega de um objeto específico e predeterminado em um período limitado.

1.3. Tempo de Execução

1.3.1. O prazo para a execução total dos serviços será de **06 (seis) meses**, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço (OS), sendo **05 (cinco) meses iniciais** para execução dos serviços, e **o mês final** reservado para finalização de documentação para apresentação aos órgãos de controle, recebimento provisório e definitivo da obra e demais atividades burocráticas.

1.4. Prazo de Vigência

1.4.1. A vigência do contrato será de **10 (dez) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no **art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência/Projeto Básico.

2.2. Ressalte-se, ainda, que a referida contratação encontra-se devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA)**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

O detalhamento integral da solução encontra-se consolidado nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice integrante deste Projeto Básico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Gestão de resíduos da construção civil (PGRCC);
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- Eficiência no uso de materiais;
- Durabilidade e vida útil da edificação;
- Gestão de efluentes e resíduos líquidos.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº. 14133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.4. Vistoria

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia via agendamento junto à Secretaria de Obras e Serviços.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. Antes da emissão da primeira Ordem de Serviço, que será emitida em até 10 (DEZ) dias a contar da assinatura do Contrato, a Contratada deverá realizar a primeira reunião sobre a evolução do Contrato onde serão expostas e reforçadas as condicionantes presentes em suas cláusulas e Edital sendo formalizado através da Ata de Reunião Inicial.

5.1.2. A Contratada será a responsável pela gestão do Canteiro de Obras, incluindo o gerenciamento e destinação dos resíduos gerados, guarda dos equipamentos e área de interferência e sinalização e isolamentos adequados de forma a garantir a segurança dos colaboradores e usuários.

5.1.3. A Contratada deverá manter consigo Projetos, Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma, Contrato, Fichas de EPI, Atestados de Saúde Ocupacional, e demais documentações de Segurança do Trabalho podendo ser exigida a qualquer momento por parte da Fiscalização.

5.1.4. A Contratada será responsável pela observância da regulamentação vigente direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

5.1.5. Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independente de citação:

- Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP (Decreto nº. 92100/85);
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU;
- Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário; e
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

5.1.6 A Contratada deverá programar a execução dos serviços do escopo do Contrato de modo que sejam atendidos os prazos e marcos temporais definidos no Cronograma Físico-Financeiro.

5.2. Descrições dos Serviços

5.2.1. A descrição dos serviços a serem executados, assim como as unidades e critérios de medição estão demonstrados no Memorial Descritivo.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rodovia João Beira, SP 95, s/n - jardim Santa Cruz – Jaguariúna/SP (Latitude 22°42'04.1"S Longitude 46°59'53.7"W).

5.3.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 horas.

5.3.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4. Especificação da garantia do serviço

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal nº. 14133/2021, art. 140, § 6º.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3.. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período atividade da Contratada.

6.6.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Rotinas de Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.8. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. Além do disposto acima, a fiscalização administrativa irá examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. Cabe ao gestor do contrato:

- coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

- enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- receber e dar encaminhamento imediato;
- às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- não produziu os resultados acordados,
- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Incidirá ainda as penalidades e sanções conforme dispostas nos art. 155 a 163 da Lei Federal n.º. 14133/2021.

7.3. Para fins faturamento pelos serviços prestados, a Contratada antes de emitir a Nota Fiscal deverá apresentar os seguintes documentos:

- Boletim de Medição;
- Relatório Diário de Obras;
- Relatório Fotográfico;
- CND Federal, Estadual, Municipal, Débitos Trabalhistas e CRF se os já apresentados perderam a validade; e
- Relatório ESOCIAL, GFIP e/ou NF de MEI e/ou RPA dos empregados e/ou subcontratados.

7.4. Todos os serviços prestados devem ser aprovados e compatíveis com a documentação técnica sendo que a Fiscalização terá um prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação.

7.5. Recebimento

7.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.4. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.5.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.5.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *180 (cento e oitenta)* dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. Liquidação

7.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a Administração terá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de **liquidação**. Após a liquidação, o pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, observada a ordem cronológica de que trata a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. Prazo de pagamento

7.11.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.11.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.12. Forma de pagamento

7.12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.12.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Reajuste

7.13.1. Os preços contratuais serão reajustados após o interregno de **12 (doze) meses**, contado da data-base do orçamento estimado da contratação, que corresponde ao mês de março de 2026, em conformidade com o art. 92, §3º, da Lei nº 14.133 /2021.

7.13.2. Para fins de reajuste, será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo legalmente.

7.13.3. O reajuste será formalizado por meio de simples apostila.

7.13.4. Caso o índice estabelecido não tenha sido divulgado na data do reajuste, será utilizado o último índice conhecido, cabendo posterior compensação quando da divulgação do índice definitivo.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- Multa.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Regime de Execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL de cada lote independentemente.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.5. Habilitação jurídica

9.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.5.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.7. Qualificação Econômico-Financeira

- certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (DOIS) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.7.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (UM) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 (DEZ) % do valor total estimado da contratação.

9.7.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.7.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.7.4. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.7.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.8. Qualificação Técnica

9.8.1. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

- *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.8.2. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade.*

9.8.3. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

9.9. Qualificação Técnico-Operacional

9.9.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.9.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- *contrato(s) que comprove(m) a experiência do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

- *contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% das quantidades para capacidade técnico-operacional das empresas proponentes para serviços de mesma natureza, de acordo art. 67 da Lei Federal nº. 14133/2021 referente aos seguintes itens do Orçamento Base:*

- execução de fundação em radier: 70m²
- execução de alvenaria de bloco estrutural de concreto: 250m²
- execução de laje pré fabricada com vigota: 200m²

9.9.3. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.9.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.9.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.9.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.9.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.9.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.10. Qualificação Técnico-Profissional

9.10.1. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- *Para o Engenheiro Civil: serviços de: Alvenaria estrutural em concreto*

9.10.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.10.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.10.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.11. Disposições gerais sobre habilitação

9.11.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.11.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Documentação complementar para cooperativas

9.12.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;

- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 541.740,50 (quinhentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta reais e cinquenta centavos)**, o qual define o limite máximo aceitável pela Administração, conforme o orçamento detalhado em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação: 02.12.01.15.452.2032.2060.3.3.90.39.00 - GESTÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS, INSTALAÇÕES.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as exigências da **Resolução CONAMA nº 335/2003** e as normas técnicas da **ABNT** aplicáveis à construção de cemitérios.

12.2. A contratada é integralmente responsável pelo fornecimento de toda a equipe de trabalho, materiais, equipamentos e demais recursos necessários para a perfeita execução dos serviços.

12.3. É obrigatória a adoção de medidas de segurança durante toda a obra, incluindo o uso de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** pelos trabalhadores e a organização do canteiro conforme as normas vigentes.

12.4. A fiscalização exigirá a manutenção de um **registro diário de atividades** no local da obra, contendo informações sobre o efetivo, andamento dos serviços e orientações técnicas prestadas.

12.5. O proponente declara ter pleno conhecimento das condições do local e dos requisitos técnicos, garantindo que as estruturas impeçam a saída de odores e o vazamento de líquidos (coliquação).

12.6. Eventuais problemas ou vícios construtivos identificados em até **6 meses** após a conclusão deverão ser corrigidos pela empresa sem custos adicionais à Prefeitura.

12.7. A empresa contratada responderá pela qualidade e segurança da obra pelo prazo legal de **5 anos** após a entrega definitiva.

12.8. A destinação final de resíduos sólidos deverá ser comprovada mediante a apresentação do **Controle de Transporte de Resíduos (CTR)**, atestando o descarte em unidade licenciada pela CETESB.

12.9. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**.

12.10. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Os documentos complementares seguem em anexo a este Termo de Referência.

14. ANEXO II

Os documentos complementares seguem em anexo a este Termo de Referência.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IVAN LUIZ RIBEIRO DA SILVA JERONIMO

Engenheiro Civil



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 13:00:31.

ANDRE BLANCO SILVERIO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:00:41.

LUYN SON FELIPE DE MORAIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:58:14.

SANDOVAL DE PAULA LEITE NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 13:50:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha Orcamentaria - 294 sepulturas.pdf (244.62 KB)
- Anexo II - Cronograma - 294 sepulturas.pdf (436.26 KB)
- Anexo III - Composicao Radier - 294 sepulturas.pdf (26.99 KB)
- Anexo IV - BDI I e II - 294 sepulturas.pdf (394.84 KB)
- Anexo V - Projeto - 294 sepulturas.pdf (597.71 KB)
- Anexo VI - MGR - 294 sepulturas.pdf (509.57 KB)
- Anexo VII - Memorial Descritivo - Construcao de 294 sepulturas.pdf (517.64 KB)



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua: Francisco Dal'bó, 50 – Guedes – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700

Planilha Orçamentária

Município: Jaguariúna

Obra: Construção de 294 sepulturas para o Cemitério municipal de Jaguariúna

Local: Município de Jaguariúna

Regime de execução:

Fonte de pesquisa: SINAPI: Fev/2026 e CDHU - 200 Novembro/2025

BDI adotado: 25%

Área = 295,65 m²

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UN.	VALOR UNIT.		VALOR TOTAL	
						(s/ BDI)	(c/ BDI)	(s/ BDI)	(c/ BDI)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	CDHU	02.08.050	Placa em lona com impressão digital e estrutura em madeira	6,00	M2	204,17	255,21	1.225,02	1.531,26
1.2	CDHU	02.10.020	Locação de obra de edificação	295,65	M2	17,2	21,50	5.085,18	6.356,47
1.3	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	5,00	UNMES	972,09	1.215,11	4.860,45	6.075,55
1.4	SINAPI	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	295,65	M2	6,29	7,86	1.859,63	2.323,80
						SUBTOTAL =		13.030,28	16.287,08
2			FUNDAÇÃO						
2.1	COMPOSIÇÃO	1	Execução de Radier espessura 15cm Fck=30MPa e tela Q=283	303,06	M2	195,94	244,92	59.381,57	74.225,45
2.7	CDHU	32.17.012	Impermeabilização em argamassa de concreto não estrutural com aditivo hidrófugo	6,25	M3	559,7	699,62	3.498,12	4.372,62
						SUBTOTAL =		62.879,69	78.598,07
3			ESTRUTURA E SAÍDA DE AR						
3.1	CDHU	14.11.261	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14 cm - classe A	588,42	M2	131,55	164,43	77.406,65	96.753,90
3.2	CDHU	13.01.130	Laje pré-fabricada mista vigota treliçada/lajota cerâmica - LT 12 (8+4) e capa com concreto de 25 MPa	825,36	M2	150,04	187,55	123.837,01	154.796,26
3.3	CDHU	32.17.012	Impermeabilização em argamassa de concreto não estrutural com aditivo hidrófugo	16,51	M3	559,7	699,62	9.240,64	11.550,72
3.4	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	256,06	KG	9,84	12,30	2.519,63	3.149,53
3.5	SINAPI	90281	GRAUTE FGK=30 MPA; TRAÇO 1:0,02:0,9:1,2 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ CAL/ AREIA GROSSA/ BRITA 0) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021	4,47	M3	673,62	842,02	3.011,08	3.763,82
3.6	CDHU	17.02.020	Chapisco	1194,04	M2	7,21	9,01	8.609,02	10.758,30
3.7	CDHU	17.02.120	Emboço comum	1194,04	M2	23,23	29,03	27.737,54	34.662,98
3.8	CDHU	32.17.030	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	1245,44	M2	14,44	18,05	17.984,15	22.480,19
3.9	SINAPI	12909	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	299,00	UN	5,38	6,13	1.608,62	1.832,87

BDI - 2



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua: Francisco Dal'bo, 50 – Guedes – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700

Planilha Orçamentária

Município: Jaguariúna
Obra: Construção de 294 sepulturas para o Cemitério municipal de Jaguariúna
Local: Município de Jaguariúna
Regime de execução:
Fonte de pesquisa: SINAPI: Fev/2026 e CDHU - 200 Novembro/2025
BDI adotado: 25%

Área = 295,65 m²

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UN.	VALOR UNIT.		VALOR TOTAL	
						(s/ BDI)	(c/ BDI)	(s/ BDI)	(c/ BDI)
3.10	CDHU	46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	590,31	M	46,53	58,16	27.467,12	34.332,42
3.11	CDHU	11.04.060	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 300 kg cimento / m³	2,43	M3	500,26	625,32	1.215,63	1.519,52
						SUBTOTAL =		300.637,09	375.600,51
4 FECHAMENTO E ACABAMENTO									
4.1	CDHU	18.06.152	Placa cerâmica esmaltada PEI-4 para área interna com saída para o exterior, grupo de absorção BIIB, tráfego médio, assentado com argamassa colante industrializada	235,05	M2	55,82	69,77	13.120,49	16.399,43
4.2	SINAPI	97734	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	10,60	M3	3356,4	4.195,50	35.577,84	44.472,30
4.3	CDHU	18.06.400	Rejuntamento em placas cerâmicas com cimento branco, juntas acima de 3 até 5 mm	235,05	M2	11,49	14,36	2.700,72	3.375,31
4.4	CDHU	G.02.000.034545	Placa cerâmica esmaltada PEI-4 para área interna com saída para o exterior, grupo de absorção BIIB	158,76	M2	29,71	33,87	4.716,75	5.377,20
						SUBTOTAL =		56.115,80	69.624,24
5 ENTULHO									
5.1	CDHU	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	10,00	M3	130,45	163,06	1.304,50	1.630,60
						SUBTOTAL =		1.304,50	1.630,60
TOTAL								433.967,36	541.740,50

Fornecimento de material, mão de obra e equipamentos

Fonte de pesquisa: SINAPI: Fev/2026 e CDHU - 200 Novembro/2025

Data: 09/03/2.026

BDI 1 = 25,00% (valor calculado conforme acórdão 2622/2013 - TCU)

BDI 2 = 14,02% (valor calculado conforme acórdão 2622/2013 - TCU)

De acordo: _____

Eng. Ivan Luiz Ribeiro da Silva Jerônimo
CREA 5070323459



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua: Francisco Dal'bó, 50 – Guedes – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700

Município: Jaguariúna

Obra: Construção de 294 sepulturas para o Cemitério municipal de Jaguariúna

Local: Município de Jaguariúna

Regime de execução:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CUSTO	PERÍODO					
			Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 16.287,08	16.287,08					
2	FUNDAÇÃO	R\$ 78.598,07	39.299,04	39.299,04				
0	ESTRUTURA E SAÍDA DE AR	R\$ 375.600,51		93.900,13	93.900,13	93.900,13	93.900,13	
4	FECHAMENTO E ACABAMENTO	R\$ 69.624,24			23.208,08	23.208,08	23.208,08	
4.3	ENTULHO	R\$ 1.630,60				815,30	815,30	
TOTAL		R\$ 541.740,50	R\$ 55.586,12	R\$ 133.199,16	R\$ 117.108,21	R\$ 117.923,51	R\$ 117.923,51	R\$ 541.740,50

Data: 09/03/2026

De acordo: _____

Eng. Ivan Luiz Ribeiro da Silva Jerônimo
CREA 5070323459



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua: Francisco Dal'bó, 50 – Guedes – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700

Município: Jaguariúna

Obra: Construção de 294 sepulturas para o Cemitério municipal de Jaguariúna

Local: Município de Jaguariúna

Regime de execução:

Fonte de pesquisa: SINAPI - Fev/2026

BDI adotado: 25%

Assunto: Composição de Custo para Execução de Radier de espessura 15cm Fck+30MPa e tela Q283

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
COMPOSIÇÃO 01						
Execução de Radier espessura 15cm Fck=30MPa e tela Q=283 (1 m²)						
SINAPI	97096	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2021	M3	0,185	544,73	R\$ 100,77
SINAPI	97093	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-283. AF_09/2021	KG	4,480	11,49	R\$ 51,47
SINAPI	97087	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	M2	1,240	2,98	R\$ 3,69
SINAPI	97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021	M2	0,100	161,29	R\$ 16,12
SINAPI	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M2	1,000	4,33	R\$ 4,33
SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VIGA DE BORDA PARA RADIER. AF_09/2021	M3	0,035	85,72	R\$ 3,00
SINAPI	96624	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	M3	0,100	165,62	R\$ 16,56
					TOTAL =	R\$ 195,94
						R\$ 195,94

DATA BASE DOS PREÇOS: SINAPI - Fev/2026

Data: 09/03/2.026

De acordo: _____

Eng. Ivan Luiz Ribeiro da Silva Jerônimo
CREA 5070323459



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua: Francisco Dal'bó, 50 – Guedes – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700

Nº do contrato:				
Tomador:	Prefeitura do Município de Jaguariúna			
Empreendimento:	Obra: Construção de 294 sepulturas para o Cemitério municipal de Jaguariúna			
Programa:				
Identifique o tipo de obra:	1			
Construção de edifícios:	1	Informe a base de cálculo do ISSQN. (X) Sobre os serviços. Sobre a mão-de-obra.		
		Informe a ocorrência da DESONERAÇÃO da folha de pagamento. Lei 12844/2013.		
		SEM Desoneração.		
		X COM Desoneração.		
	Intervalo de admissibilidade			
Item Componente do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil	Valores Propostos
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%	1,02%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%	0,59%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%	6,57%
I1: PIS e COFINS				3,65%
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				2,00%
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 12844/13 - Desoneração)				3,60%
BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento				20,23%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento				25,00%

Usar BDI
somente COM
DESONERAÇÃO!
ATENÇÃO! BDI sup

Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual

BDI - SEM Desoneração = $[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1$

BDI - COM Desoneração = $[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1$

Eng. Ivan Luiz Ribeiro da Silva Jerônimo
CREA 5070323459

De acordo: _____



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua: Francisco Dal'bó, 50 – Guedes – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700

Nº do contrato:				
Tomador:	Prefeitura do Município de Jaguariúna			
Empreendimento:	Obra: Construção de 294 sepulturas para o Cemitério municipal de Jaguariúna			
Programa:				
Identifique o tipo de obra:	6			
		Informe a base de cálculo do ISSQN. (X) Sobre os serviços. Sobre a mão-de-obra.		
		Informe a ocorrência da DESONERAÇÃO da folha de pagamento. Lei 12844/2013. SEM Desoneração. X COM Desoneração.		
Fornecimento de materiais e equipamentos:	6			
		Intervalo de admissibilidade		
Item Componente do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil	Valores Propostos
Administração Central	1,50%	3,45%	4,49%	3,75%
Seguro e Garantia	0,30%	0,48%	0,82%	0,57%
Risco	0,56%	0,85%	0,89%	0,85%
Despesas Financeiras	0,85%	0,85%	1,11%	0,90%
Lucro	3,50%	5,11%	6,22%	5,30%
I1: PIS e COFINS				
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				2,00%
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 12844/13 - Desoneração)				
BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento				14,02%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento				14,02%

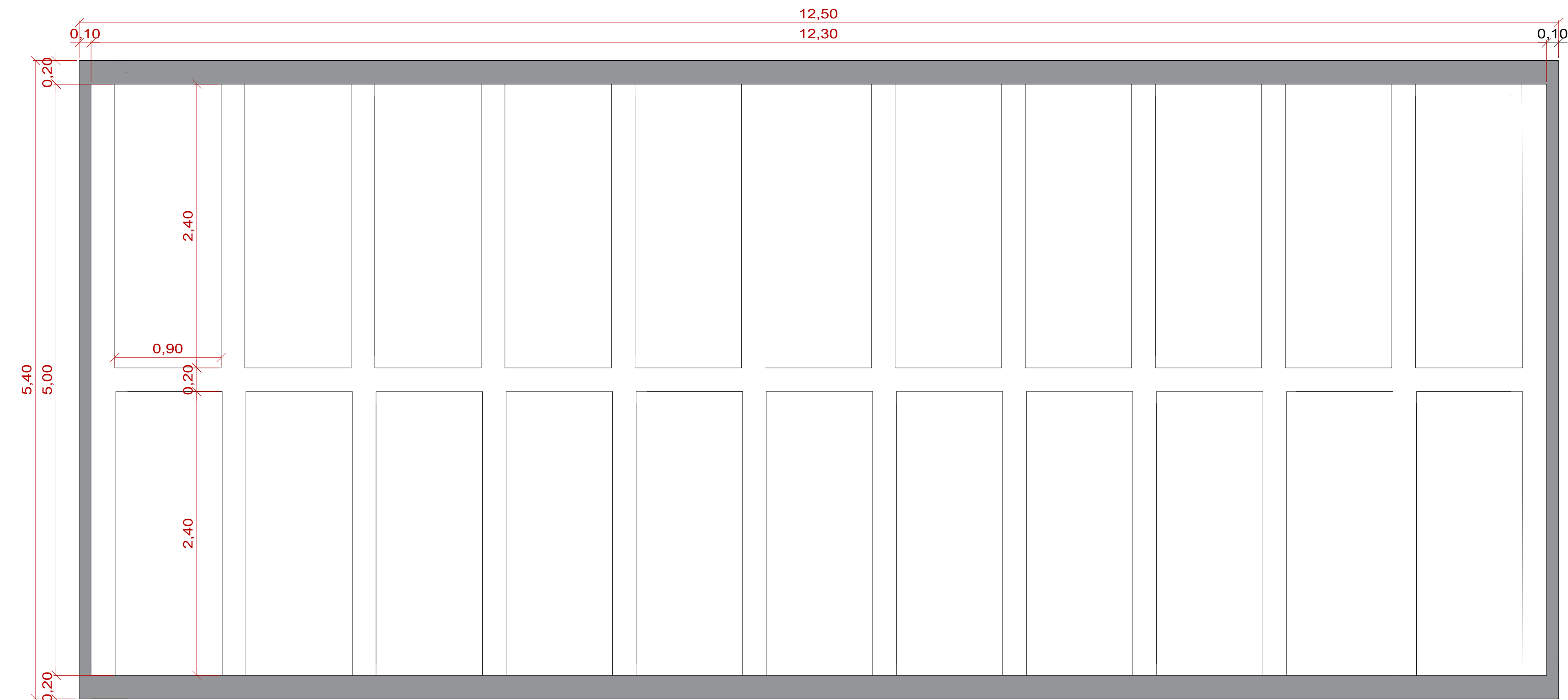
Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual

BDI - SEM Desoneração = $[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1$

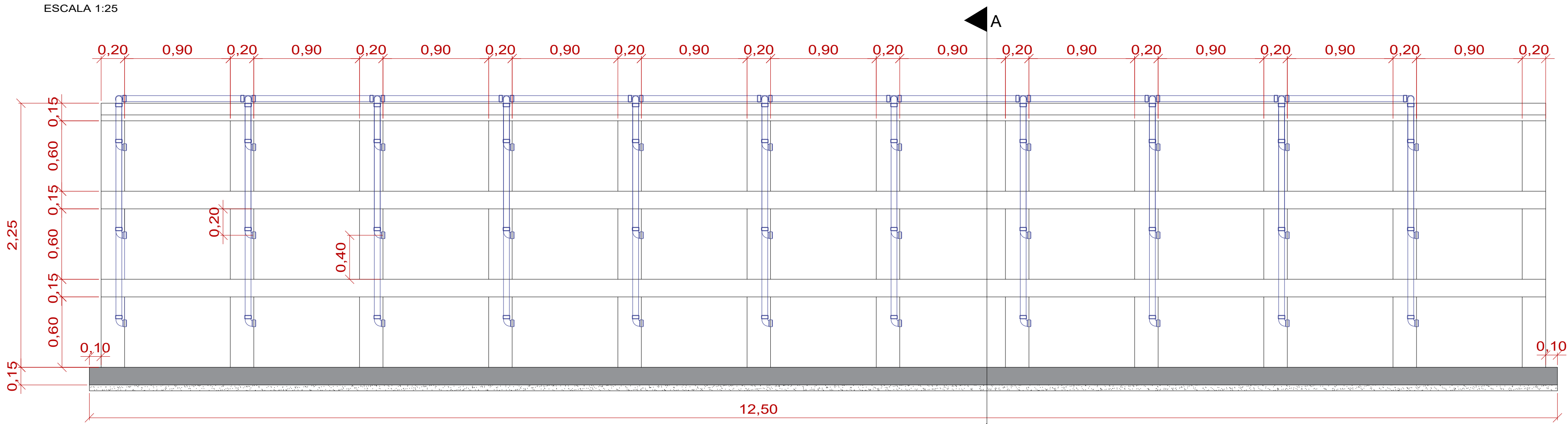
BDI - COM Desoneração = $[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1$

Eng. Ivan Luiz Ribeiro da Silva Jerônimo
CREA 5070323459

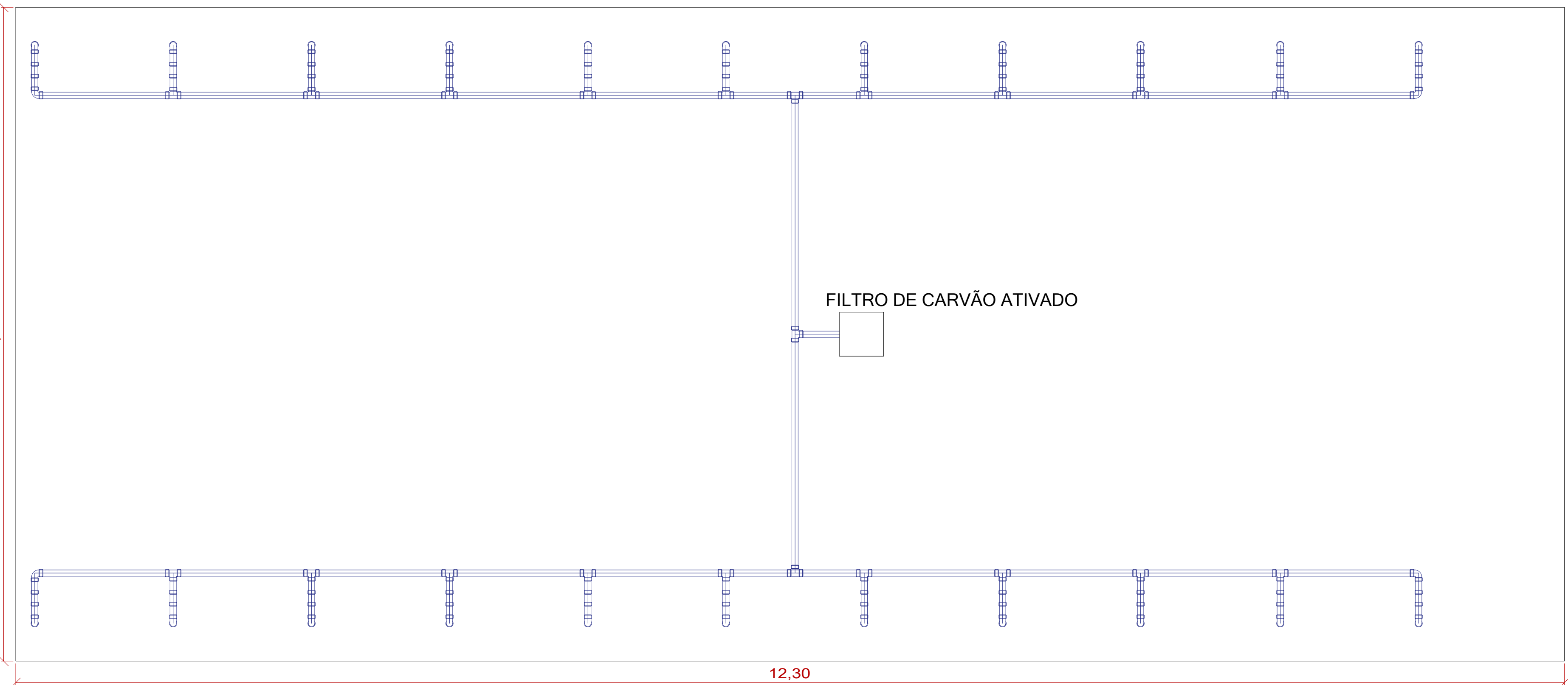
De acordo: _____



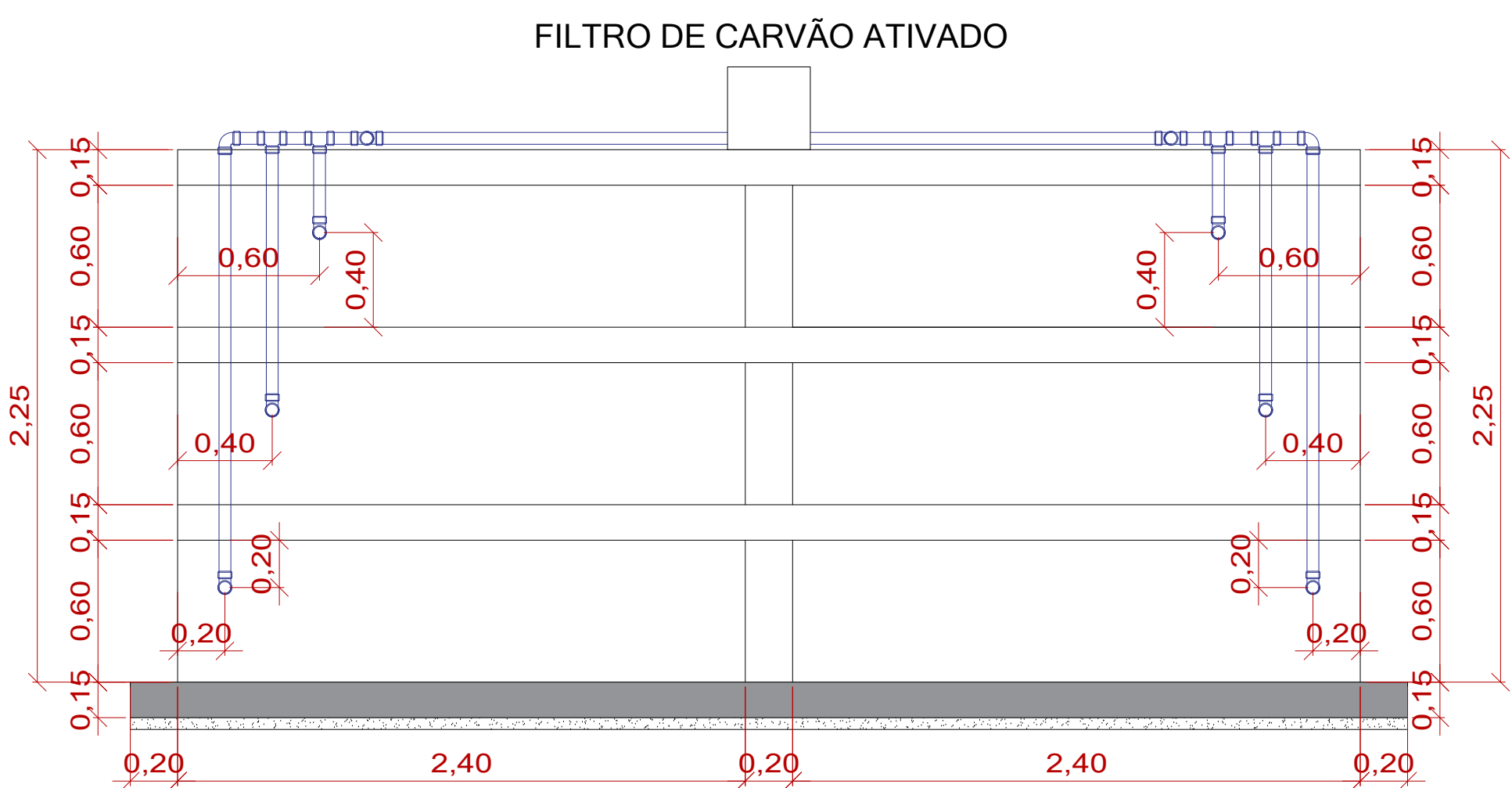
PLANTA BAIXA DA QUADRA Q-131, Q-132, Q-133, Q-134
ESCALA 1:25



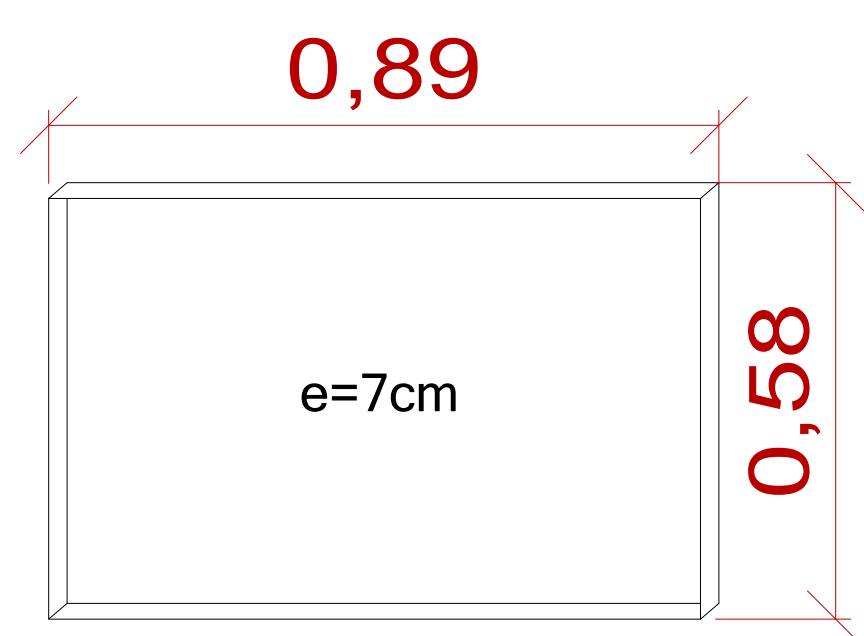
VISTA FRONTAL DA QUADRA Q-131, Q-132, Q-133, Q-134
ESCALA 1:25



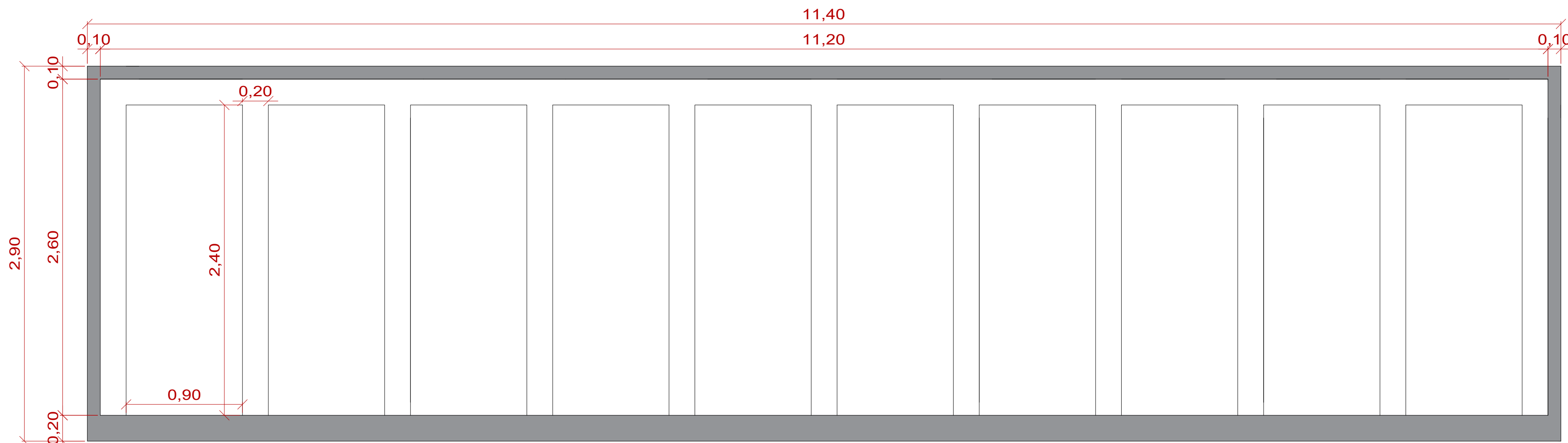
VISTA SUPERIOR DA QUADRA Q-131, Q-132, Q-133, Q-134
ESCALA 1:25



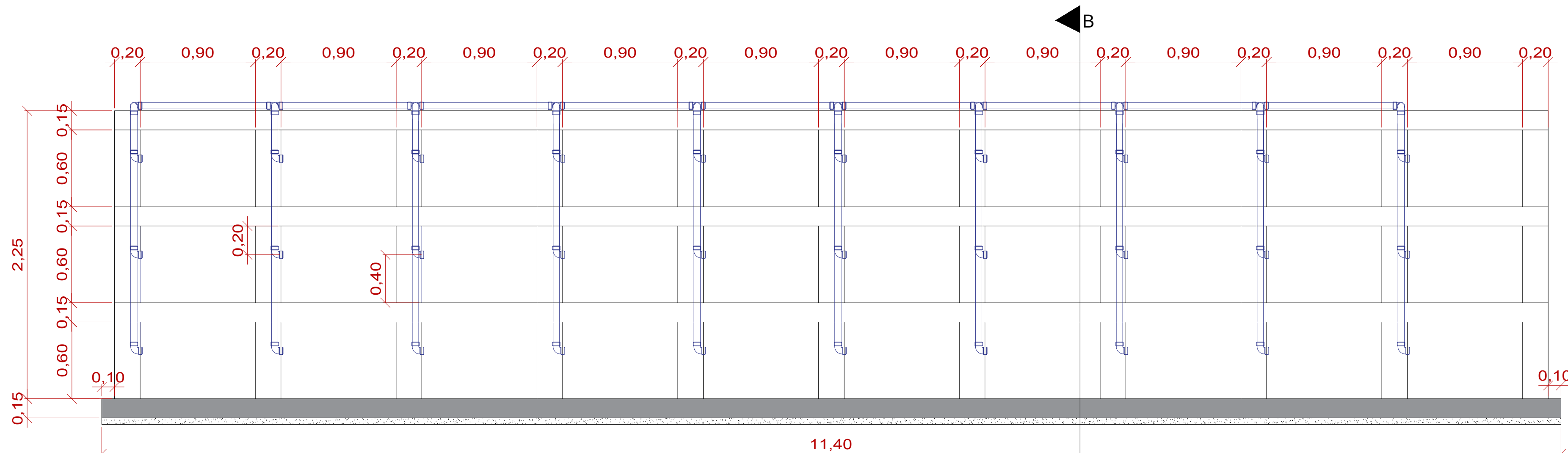
CORTE A-A
ESCALA 1:25



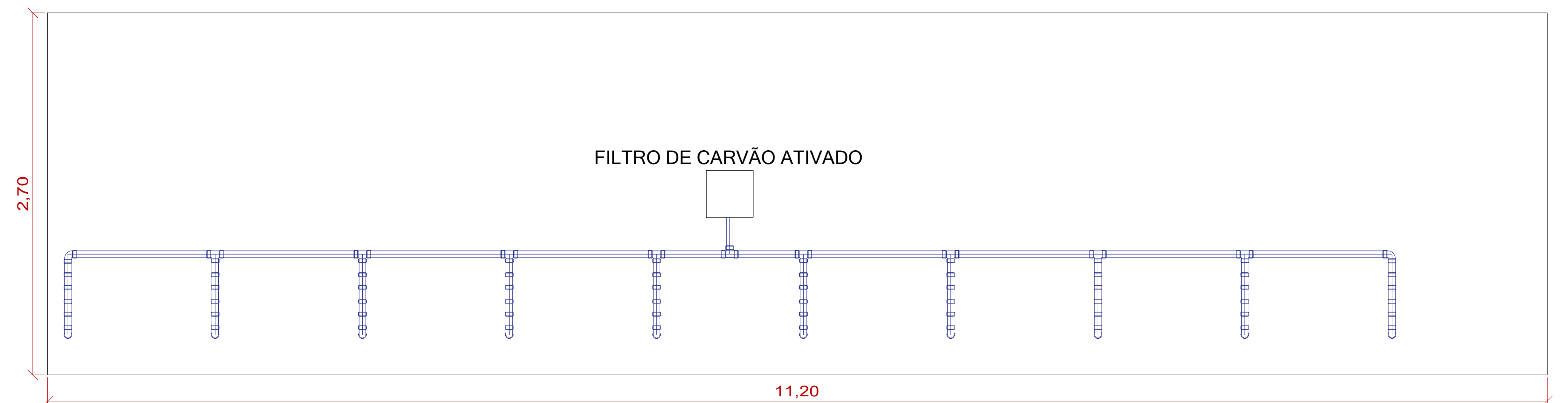
DETALHE - TAMPA DA SEPULTURA
ESCALA 1:20



PLANTA BAIXA DA QUADRA Q-130
ESCALA 1:25



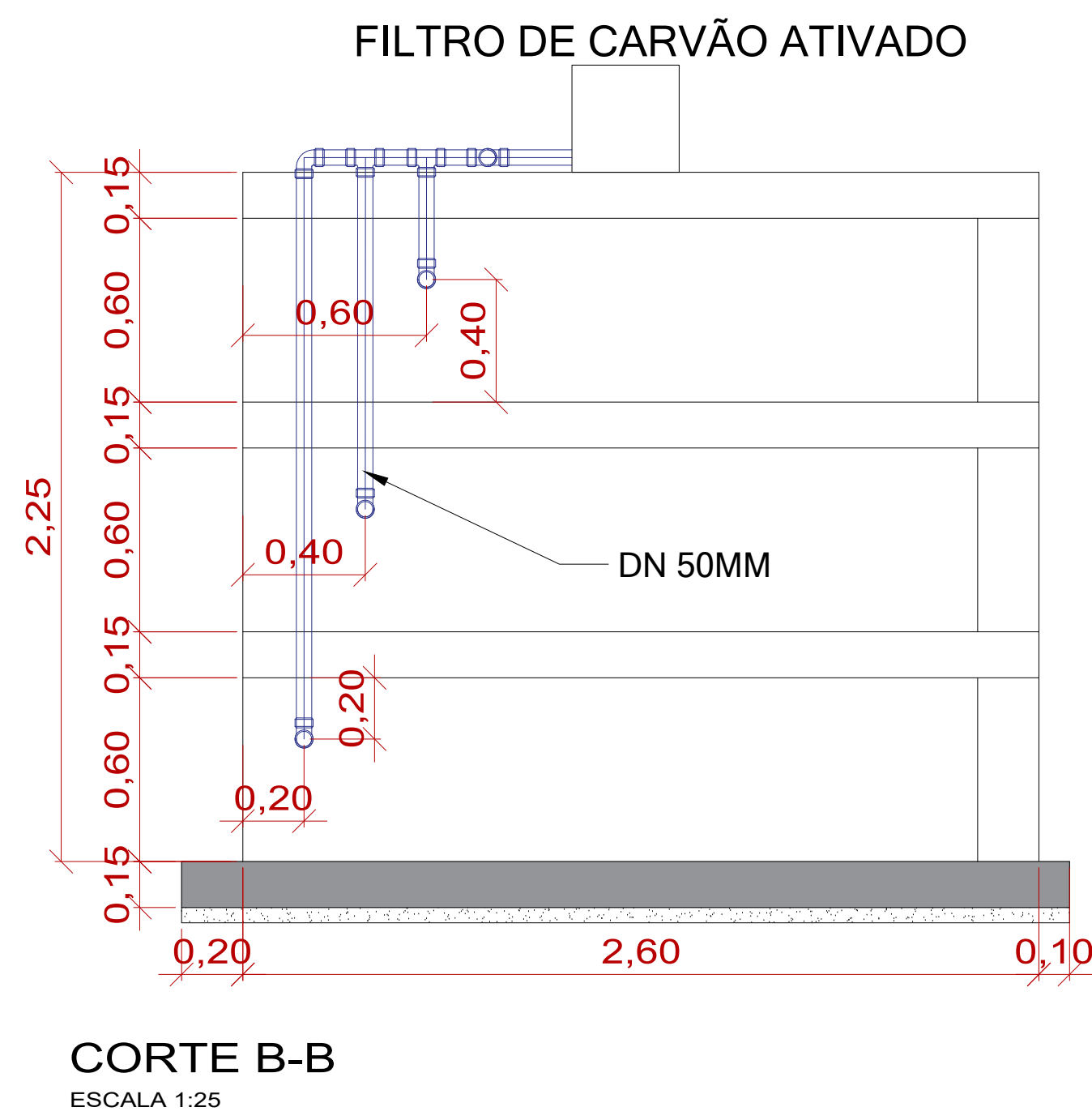
VISTA FRONTAL DA QUADRA Q-130
ESCALA 1:25



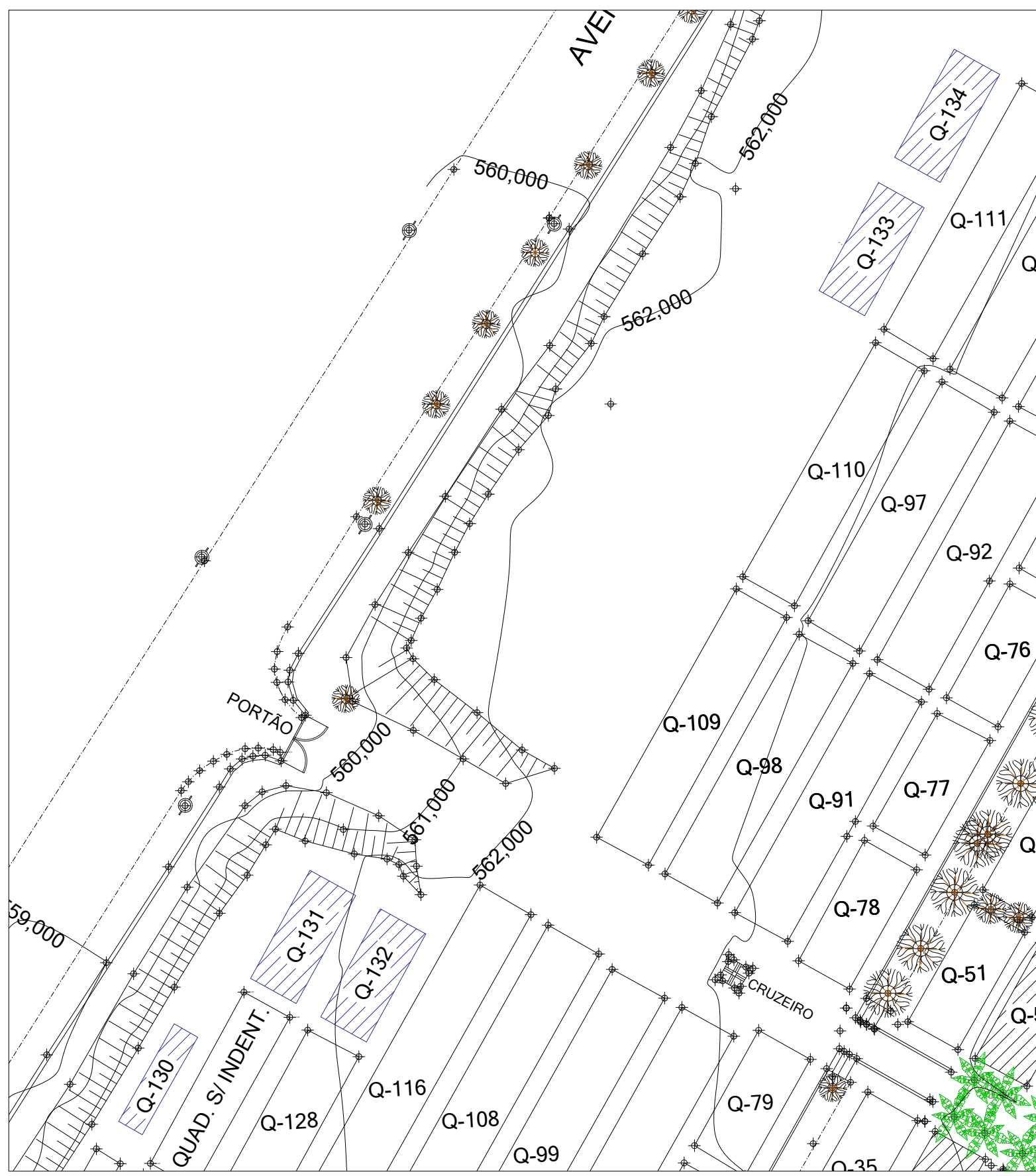
VISTA SUPERIOR DA QUADRA Q-130
ESCALA 1:25

INFORMAÇÕES

- Todos os quantitativos e métodos construtivos estão contidos na planilha orçamentária, memorial descritivo;
- Todas as informações relevantes a execução do objeto estão contidas nos documentos pertinentes a esta obra;
- O DN utilizado na instalação de oxigenação das sepulturas é de 50mm;
- Cada sepultura terá sua saída de ar independente até o barrilete e terá seu CAP para ser retirado quando for utilizada;
- Todas as tampas das sepulturas deverão ser executadas, porém não revestidas nem instaladas. O revestimento e a instalação serão feitos posteriormente por esta prefeitura conforme utilização;
- O filtro de carvão ativado deverá ser instalado posteriormente conforme utilização das sepulturas;
- O radier terá espessura de 15cm com concreto C30 e malha Q-283 e impermeabilizado após cura com argamassa de aditivo hidrófugo de 2cm de espessura;
- Laje pré-fabricada mista vigota treliçada/lajota cerâmica - LT 12 (8+4) e capa com concreto de 25 MPa;
- Impermeabilização das lajes após cura com argamassa de aditivo hidrófugo de 2 cm de espessura;
- Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14 cm - classe A;
- A porta de cada parede deverá ser grauteada e colocada uma barra de 10mm no interior dos blocos em toda altura da quadra;
- Graute C30 traço 1:0,02:0,9:1,2 em massa seca de cimento, cal, areia grossa e brita 0;
- No interior de cada sepultura as paredes deverão ser chapiscadas e feito o emboço comum antes da impermeabilização;
- O interior de cada sepultura deverá ser devidamente impermeabilizado com argamassa polimérica para umidade e água de percolação;
- Placa cerâmica esmaltada PEI-4, grupo de absorção BIIIb, assentado com argamassa colante industrializada para o revestimento externo das quadras;
- A empresa deverá fornecer as placas cerâmicas para revestir as tampas que serão utilizadas conforme a utilização das sepulturas;
- Todo o material de placas cerâmicas esmaltadas deverão ser iguais para todas as quadras, inclusive as placas que serão utilizadas para as tampas;
- Este revestimento para as tampas deverá ser estocado no depósito do cemitério;
- Todo o entulho acumulado da obra deverá ser removido com caçamba metálica;



CORTE B-B
ESCALA 1:25



LOCAÇÃO Q-130, Q-131, Q-132, Q-133, Q-134
ESCALA 1:150

Obs:					
SECRETARIA			DEPARTAMENTO		
Gabinete			Criação e desenvolvimentos de Projetos		
ESCALA	DATA	VISTO	DESENHO	REVISÃO	FOLHA/TOTAL
indicada	09/03/2026		Ivan Jerônimo	00	1/1



Prefeitura do Município de Jaguariúna
Rua: Francisco Dal'bo, 50 – Guadés – CEP 13914-670 – Jaguariúna / SP – Tel (19) 3867-9700
Assunto: Quadras novas definitivas
Local: Cemitério municipal de Jaguariúna

Ivan Luiz Ribeiro da Silva Jerônimo
Engenheiro Civil
CREA nº 5070323459



MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO:

OBRA DE CONSTRUÇÃO

Construção de 294 sepulturas no Cemitério Municipal

1. INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução adotada.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

- a) Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
- b) Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo, com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante, deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos;
- c) Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, procedendo à reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores com a atualização de suas respectivas ações de tratamento, e proceder também com a identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

Os parâmetros escalares a serem utilizados para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e execução contratual).

Define-se a Probabilidade como a chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos classificando-a como:

- a) Alta



Prefeitura do Município de Jaguariúna

51 a 75% - Risco próprio do empreendimento.
> 75% - tratar como ocorrido ou etapa da obra.

b) Média

26 a 50% - Risco que envolva fase externa.

c) Baixa

0 a 10% - Muito Baixa – Processos internos mapeados, incidentes.

11 a 25% - Baixa – Processos internos não mapeados.

Define-se o Impacto como o resultado de um evento que afeta os objetivos classificando-o como:

- Alta – Gera forte impacto negativo no projeto inviabilizando-o. Insanável. Casos de nulidade absoluta.

- Média/Moderado – Gera impacto negativo no projeto podendo inviabilizá-lo. Saneável. Casos de nulidade relativa.

- Baixa/Leve – Gera baixo impacto no projeto sem risco de inviabilizá-lo. Saneável. Não gera nulidade.

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

Tabela 2: Matriz Probabilidade x Impacto.

P	I		
	5	10	15
15	75	150	225
10	50	100	150
5	25	50	75

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos da Administração registrando-se o alinhamento no presente Mapa de Gerenciamento de Riscos.



2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

Id	Risco	Relacionado à:	P	I	R [P x I]
1	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa.	Planejamento da Contratação	5	10	50
2	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.	Seleção do Fornecedor	10	10	100
3	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	Seleção do Fornecedor	5	10	50
4	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	Seleção do Fornecedor	5	15	75
5	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	Seleção do Fornecedor	15	10	150
6	Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc).	Execução Contratual	15	15	225
7	Reterceirizar os serviços contratado sem expressa previsão no Edital e/ou autorização da Fiscalização.	Execução Contratual	5	10	50
8	Alterações no projeto básico/executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.	Execução Contratual	10	10	100
9	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam irrelevantes.	Execução Contratual	10	5	50
10	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, em que a obrigação de fazer pela Contratada esteja expressamente estipulada no instrumento convocatório e/ou seus anexos.	Execução Contratual	10	10	100



Prefeitura do Município de Jaguariúna

11	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes.	Execução Contratual	5	15	75
12	Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado.	Execução Contratual	5	5	25
13	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	Execução Contratual	10	15	150
14	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.	Execução Contratual	5	10	50
15	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	Execução Contratual	10	15	150
16	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	Execução Contratual	5	10	50
17	Ocorrência de roubos e furtos na obra.	Execução Contratual	5	5	25
18	Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais.	Execução Contratual	5	10	50
19	Aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	Execução Contratual	5	10	50
20	Alteração nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos ou redução de custos.	Execução Contratual	5	10	50
21	Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.	Execução Contratual	5	15	75
22	Risco de inadimplência da Contratante.	Execução Contratual	5	10	50
23	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	Execução Contratual	10	15	150



Prefeitura do Município de Jaguariúna

3. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01: Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa.		
Probabilidade	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
Impacto	(<input type="checkbox"/>) Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio (<input type="checkbox"/>) Alto	
Fase	Planejamento da Contratação	
Alocação	Contratante	
Id	Dano	
1	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
2	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Observar o que dispõe as Súmulas TCE/SP nº. 23 e 24, especialmente no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.	Engenharia
2	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização da Administração Pública como a Advocacia Geral da União e o Tribunal de Contas da União, em especial o Acórdão TCU nº. 2882/2008 e a Súmula nº. 263/2011, dentre outros.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Engenharia / DLC

RISCO 02: Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.		
Probabilidade	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	
Impacto	(<input type="checkbox"/>) Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio (<input type="checkbox"/>) Alto	
Fase	Seleção do Fornecedor	
Alocação	Contratante	
Id	Dano	
1	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a	Engenharia / Fiscalização



Prefeitura do Município de Jaguariúna

	função.	
2	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia da Prefeitura, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções.	Engenharia
2	Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos.	Comissão de Licitação

RISCO 03: O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Seleção do Fornecedor		
Alocação	Contratante		
Id	Dano		
1	Necessidade de republicação da licitação ou da realização de dispensa de licitação, impactando no planejamento do Departamento de Licitações e Contratos.		
2	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Engenharia / Comissão de Licitação	
Id	Contingência	Responsável	
1	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Comissão de Licitação	
2	Contratação emergencial caso a repetição do certame também reste fracassada.	Engenharia / DLC	

RISCO 04: A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(x) Alto



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Fase	Seleção do Fornecedor	
Alocação	Contratante	
Id	Dano	
1	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Engenharia
2	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	DLC
Id	Contingência	Responsável
1	Nos termos da Lei Federal nº. 14133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.	Comissão de Licitação / DLC
2	Aplicar as sanções previstas na contratação.	DLC

RISCO 05: Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.

Probabilidade	() Baixa	() Média	(x) Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Seleção do Fornecedor		
Alocação	Contratante		
Id	Dano		
1	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Engenharia	
2	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	DLC	
Id	Contingência	Responsável	
1	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização / DLC	

RISCO 06: Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc).

Probabilidade	() Baixa	() Média	(x) Alta
----------------------	-----------	-----------	------------



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto		
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratante		
Id	Dano		
1	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.		
2	Possibilidade de aumento de custos não previstos, principalmente com mobilização e desmobilização da equipe e de equipamentos, aluguéis de estruturas para abrigar os canteiro de obras, gerenciamento de obras, dentre outros que poderão ser reclamados pela Contratada.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Verificar junto ao setor competente, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação.	Engenharia	
Id	Contingência	Responsável	
1	Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados.	Engenharia	
2	Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato.	Fiscalização	

RISCO 07: Reterceirizar os serviços contratado sem expressa previsão no Edital e/ou autorização da Fiscalização.

Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta		
Impacto	() Baixo (x) Médio () Alto		
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Compartilhado		
Id	Dano		
1	Atrasos para entrega da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada não poderá realizar a mobilização da obra sem a obtenção de todas as licenças e alvarás necessários.	Engenharia	
Id	Contingência	Responsável	
1	Paralisar e/ou suspender as atividades dos prestadores de serviços até a regularização da situação.	Fiscalização	
2	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização / DLC	



Prefeitura do Município de Jaguariúna

RISCO 08: Alterações no projeto básico/executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo (x) Médio () Alto	
Fase	Execução Contratual	
Alocação	Contratante	
Id	Dano	
1	Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto.	
2	Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura de forma participativa, baseado nas necessidades apresentadas pela unidade demandante.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Fiscalização

RISCO 09: Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam irrelevantes.		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	(x) Baixo () Médio () Alto	
Fase	Execução Contratual	
Alocação	Contratada	
Id	Dano	
1	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Engenharia / Fiscalização
2	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Engenharia
3	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que tais custos serão absorvidos pela Contratada.	Engenharia



Prefeitura do Município de Jaguariúna

4	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a definição de subestimativas ou superestimativas relevantes para o objeto.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização. Observar o Acórdão TCU nº. 1977/2013.	Fiscalização

RISCO 10: Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, em que a obrigação de fazer pela Contratada esteja expressamente estipulada no instrumento convocatório e/ou seus anexos.

Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta		
Impacto	() Baixo (x) Médio () Alto		
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratada		
Id	Dano		
1	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Engenharia / Fiscalização	
2	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Engenharia	
3	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que tais custos serão absorvidos pela Contratada.	Engenharia	
Id	Contingência	Responsável	
1	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização. Observar o Acórdão TCU nº. 1977/2013.	Fiscalização	

RISCO 11: Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes.

Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta		
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto		
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Compartilhado		



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Id	Dano	
1	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	Engenharia / Fiscalização
2	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia da Prefeitura, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Engenharia
3	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a definição de subestimativas ou superestimativas relevantes para o objeto.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Após avaliação da Fiscalização Técnica do Contrato e desde que sejam atendidas as demais exigências postas no Acórdão TCU nº. 1977/2013 para aditivos por falhas, encaminhar a proposta de alteração contratual à autoridade competente.	Fiscalização

RISCO 12: Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	(x) Baixo	() Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratada		
Id	Dano		
1	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que será realizada alteração contratual para aumento dos preços fornecidos pela Contratada, em nenhuma hipótese.	Engenharia	
Id	Contingência	Responsável	
1	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização.	Fiscalização	

RISCO 13: Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.

Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(x) Alto



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Fase	Execução Contratual	
Alocação	Contratada	
Id	Dano	
1	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
2	Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de se refazer os serviços.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas <i>in loco</i> .	Fiscalização
2	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado.	Fiscalização
2	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização / DLC

RISCO 14: Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratante		
Id	Dano		
1	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	-	-	
Id	Contingência	Responsável	
1	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Fiscalização	

RISCO 15: Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.

Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(x) Alto
Fase	Execução Contratual		



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Alocação		Contratante	
Id	Dano		
1	Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto.		
2	Possibilidade de demandas judiciais trabalhistas contra a Contratante.		
Id	Prevenção		Responsável
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a responsabilidade exclusiva da Contratada sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.		Engenharia
2	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.		Engenharia
3	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, solicitando os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.		Fiscalização
4	Prever a possibilidade de rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.		Engenharia
Id	Contingência		Responsável
1	Reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.		Fiscalização
2	Rescisão contratual.		Fiscalização / DLC

RISCO 16: Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.			
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratada		
Id	Dano		
1	Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho		
2	Onerar o contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá	Engenharia	



Prefeitura do Município de Jaguariúna

	responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.	
2	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.	Engenharia
3	Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.	Fiscalização
4	Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.	Fiscalização
5	Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização / DLC
Id	Contingência	Responsável
1	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social.	Fiscalização

RISCO 17: Ocorrência de roubos e furtos na obra.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	(x) Baixo	() Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratada		
Id	Dano		
1	Prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para execução da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.	Engenharia	
Id	Contingência	Responsável	
1	-	-	

RISCO 18: Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Compartilhado		



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Id	Dano	
1	Atrasos para entrega da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos advindos de chuvas ocorridas dentro das médias históricas dos últimos 12 meses, sendo justificável atrasos na execução da obra somente se registradas chuvas acima da média histórica.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada, se as chuvas ocorridas preenchem os requisitos de excepcionalidade. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação da vigência contratual.	Fiscalização

RISCO 19: Aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratada		
Id	Dano		
1	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.		
Id	Prevenção	Responsável	
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	Engenharia	
Id	Contingência	Responsável	
1	-	-	

RISCO 20: Alteração nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos ou redução de custos.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Alocação		Compartilhada	
Id	Dano		
1	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.		
Id	Prevenção		Responsável
1	-		-
Id	Contingência		Responsável
1	Para estes casos, a Contratante procederá a correção dos valores pagos, considerando as novas alíquotas vigente.		Fiscalização

RISCO 21: Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(x) Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratada		
Id	Dano		
1	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.		
2	Atrasos na execução do objeto.		
Id	Prevenção		Responsável
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos		Engenharia
Id	Contingência		Responsável
1	Solicitar que a Contratada providencie os reparos necessários para entrega do objeto nas condições inicialmente previstas na contratação.		Fiscalização

RISCO 22: Risco de inadimplência da Contratante.

Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(x) Médio	() Alto
Fase	Execução Contratual		
Alocação	Contratante		
Id	Dano		
1	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.		



Prefeitura do Município de Jaguariúna

2	Atrasos para entrega da obra.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Licitação da obra somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	DAF
Id	Contingência	Responsável
1	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da obra pela Contratada.	DAF

RISCO 23: Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
Fase	Execução Contratual	
Alocação	Contratada	
Id	Dano	
1	Atrasos para entrega da obra.	
2	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
3	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente, impactando no planejamento do Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura.	
Id	Prevenção	Responsável
1	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Engenharia
Id	Contingência	Responsável
1	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização / DLC
2	Realizar a contratação do remanescente da obra, nos termos da Lei Federal nº. 14133/2021.	Engenharia / Setor Demandante



4. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DOS RISCOS

Data	Id Risco	Id Ação	Registro e Acompanhamento das Ações de Tratamento dos Riscos



5. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração o presente Mapa de Gerenciamento de Riscos, para o empreendimento cujas características foram discriminadas anteriormente.

Jaguariúna/SP, 16 de abril de 2026.

Ivan Luiz Ribeiro da Silva

Engenheiro Civil | CREA/SP nº. 5070323459

Aprovo o presente Mapa de Gerenciamento de Riscos, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas e na assinatura acima.

Sandoval de Paula Leite Neto

Secretário Municipal de Obras e Serviços



MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Contratação de empresa para a construção de 294 sepulturas no Cemitério Municipal de Jaguariúna

Local: Rodovia João Beira, SP 95, s/n - Jardim Santa Cruz, Jaguariúna - SP, 13820-000

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente memorial e especificações têm por finalidade estabelecer as diretrizes e fixar as características técnicas a serem observadas na apresentação das propostas técnicas para a execução dos serviços.

Os elementos básicos do desenho em anexo e as especificações ora fornecidas são suficientes para o proponente elaborar um planejamento completo da obra com a adoção de processos usuais.

Todas as atividades desenvolvidas para a execução da obra deverão atender as exigências das normas de segurança, NBR's, como também da Prefeitura Municipal.

Todo o objeto deverá ser realizado dentro do período de 05 (cinco) meses, contados a partir da emissão da Autorização de Início de Obra – AIO, documento que será expedido pela Administração Municipal em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, salvo haver determinação superior, no caso de contrato de repasse de recursos estaduais e/ou federais, quando a AIO será emitida pela Administração tão logo obtenha a liberação do Órgão Gestor do Contrato para tal procedimento.

Todos os serviços executados deverão ser de responsabilidade da Contratada com fornecimento próprio de equipe para realização dos trabalhos, insumos relativos aos materiais, equipamentos necessários, EPI's e EPC's (Equipamentos de proteção individual e coletiva), combustível e todos os custos indiretos já previstos no BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).



NORMAS

Todos os serviços, equipamentos e sua aplicação ou instalação, devem obedecer ao prescrito pelas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis atualizadas, ou outras específicas para cada caso.

Quando tratamos do licenciamento ambiental de cemitérios, temos como base a Resolução 335 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de 3 de abril de 2003. Sobre cemitérios verticais, a resolução nos apresenta alguns conceitos importantes no seu Art. 2º:

- Cemitério vertical: é um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos;
- Lóculo: é o compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical;
- Produto da coliquação: é o líquido biodegradável oriundo do processo de decomposição dos corpos ou partes;

A Resolução também dispõe sobre as exigências que deverão ser atendidas nos cemitérios verticais, no seu Art. 6º:

“Deverão ser atendidas as seguintes exigências para os cemitérios verticais:

I – os lóculos devem ser constituídos de:

- a) materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores;
- b) acessórios ou características construtivas que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coliquação;



- c) dispositivo que permita a troca gasosa, em todos os lóculos, proporcionando as condições adequadas para a decomposição dos corpos, exceto nos casos específicos previstos na legislação; e
- d) tratamento ambientalmente adequado para os eventuais efluentes gasosos. ”

A solução de ventilação e exaustão do cemitério vertical foi concebida de forma a garantir a adequada troca gasosa dos lóculos, atendendo às exigências sanitárias e ambientais aplicáveis, mediante a previsão de rede completa de tubulações, e pontos de conexão para futura instalação de filtros de carvão ativado.

Optou-se, sob o ponto de vista técnico e econômico, pela execução integral da infraestrutura de tubulação nesta etapa da obra, deixando a instalação dos elementos filtrantes para fase posterior, a ser realizada quando do início efetivo da ocupação progressiva das unidades. Tal diretriz fundamenta-se no fato de que os filtros possuem vida útil limitada e estão sujeitos à perda de eficiência ao longo do tempo, inclusive quando instalados sem plena utilização, o que poderia acarretar substituições prematuras e prejuízo à economicidade da contratação.

Ressalta-se que a presente solução não compromete a funcionalidade do sistema, uma vez que toda a infraestrutura necessária será integralmente executada, garantindo a plena compatibilidade para instalação futura dos filtros, sem necessidade de adaptações ou intervenções complementares relevantes.

Por fim, a eventual contratação futura para fornecimento e instalação dos filtros constituirá objeto tecnicamente independente da execução da obra civil.

A responsabilidade pela futura contratação para fornecimento e instalação dos filtros de tratamento de gases ficará a cargo da Secretaria competente pela gestão e operação do cemitério, atualmente a Secretaria de Obras e Serviços.



DÚVIDAS

No caso de dúvidas, os proponentes deverão procurar os esclarecimentos na Secretaria de Obras e Serviços da Prefeitura, devendo todas as dúvidas ser sanadas antes da apresentação das propostas.

Durante as obras, a Prefeitura manterá uma equipe de acompanhamento que será responsável por dirimir as dúvidas de execução porventura surgidas, bem como fornecer as informações e detalhes adicionais eventualmente necessários à realização dos trabalhos.

Os serviços a serem prestados deverão obedecer ao cronograma proposto, sendo a obra executada sem qualquer atraso, somente sendo aceitos atrasos causados por motivo de força maior, formalmente justificados pela contratada e aceitos pela fiscalização.

Os entulhos gerados pela limpeza e também pelas sobras de materiais inúteis durante a realização da obra deverão ser acondicionados em caçambas metálicas, localizadas em pontos apropriados, próximo ao local da obra, de forma a não interferir no bom andamento dos serviços nem nas demais atividades desenvolvidas no entorno, já que outros serviços estarão sendo realizados, sejam eles de ordem interna do cemitério (sepultamentos e outros serviços) ou outras obras.

DIÁRIO DE OBRA

A Contratada deverá manter no canteiro de obras um “Diário de Obra” ou “Livro de Ordem”, no qual serão anotados, pela Contratada, os dados referentes à equipe de trabalho destacada para o dia, estágio ou etapa da obra realizada no período e demais anotações pertinentes ao desenvolvimento da obra e, pela fiscalização da Prefeitura, eventuais orientações necessárias à boa execução dos serviços, bem como as necessidades de reparos, que deverão ser prontamente atendidos.



PLANTA DE LOCAÇÃO

As quadras de sepulturas, denominadas para fins de projeto como QN-130, QN-131, QN-132, QN-133 e QN-134 deverão ser executadas nos seguintes locais:

Figura 1: Planta com a locação das quadras 130, 131 e 132

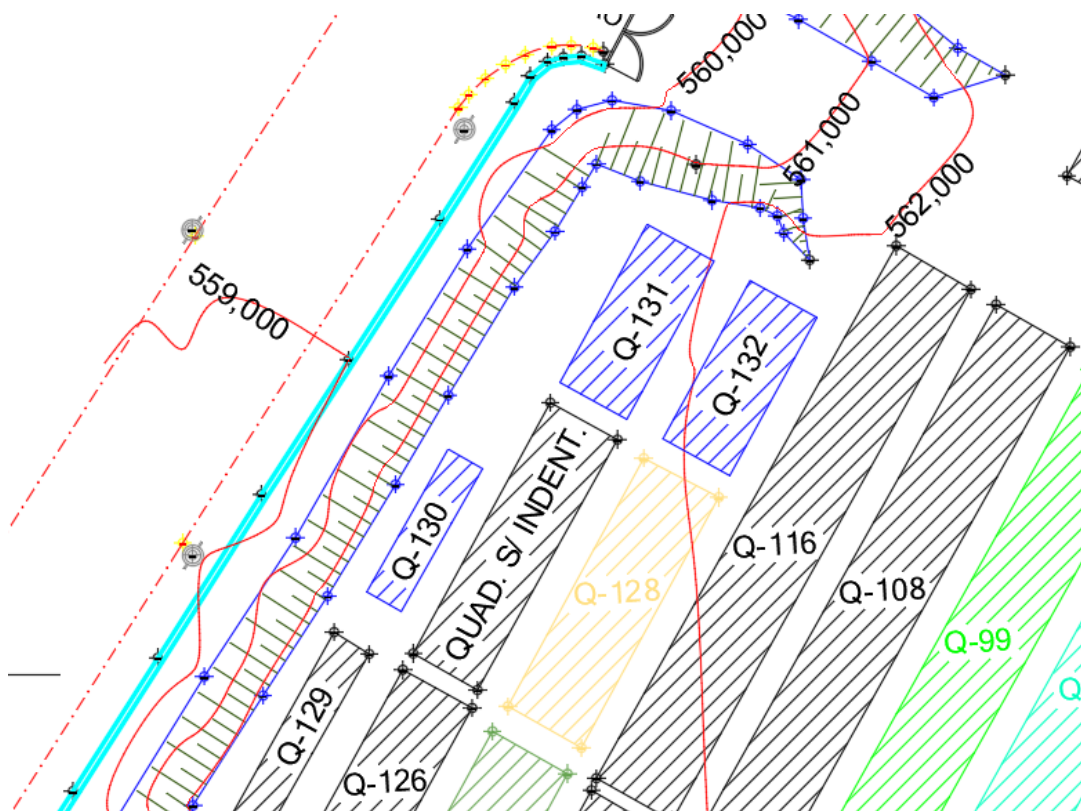
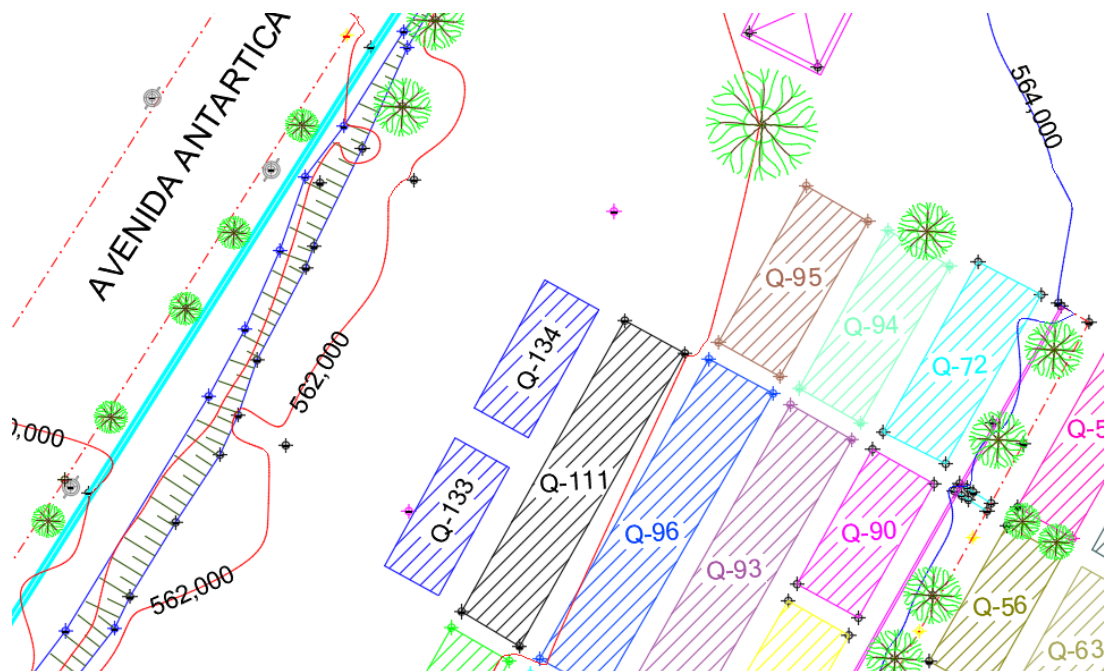




Figura 2: Planta com a locação das quadras 133 e 134



DESCRIPTIVO TÉCNICO

1 - SERVIÇOS PRELIMINARES

Antes do início da obra a contratada deverá emitir a ART (Anotação de responsabilidade técnica) da execução das construções.

PLACA EM LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL E ESTRUTURA EM MADEIRA

Placa de obra com dimensão de 4 metros de comprimento por 1,5 metro de altura. O item remunera o fornecimento e instalação de placa em lona para fachada conforme normas e leis vigentes, constituída por: banner em lona com impressão digital de alta resolução, requadro em pontalete 75 mm x 75 mm; remunera também o fornecimento de estrutura em madeira para fixação do banner em pontaletes e sarrafos em Pinho-do-Paraná (*Araucária angustifolia*), ou Quarubarana (*Erismia uncinatum*), conhecida também como Cedrinho, ou Cambará (*Qualea spp*), travamento realizado a cada 1,5 m com pontalete,



pintura em tinta PVA para madeira; inclusive materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para instalação completa da placa.

Medição: será medido por metro quadrado instalado. (m²)

LOCAÇÃO DE OBRA DE EDIFICAÇÃO

O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para execução de locação de obra compreendendo locação de estacas, eixos principais, paredes, etc; com pontaletes de 3 x 3 e tábuas de 1 x 12; ambos em madeira *Erismia uncinatum* (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou *Qualea spp* (conhecida como Cambará).

Medição: será medido por metro quadrado locado. (m²)

LOCAÇÃO DE CONTAINER TIPO DEPÓSITO - ÁREA MÍNIMA DE 13,80 M²

O item remunera a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para depósito, com instalações internas completas, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

Medição: será medido por mês instalado. (UN.MÊS)

LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA.

Execução de limpeza manual de terreno por meio de enxada, contemplando o corte e a remoção de vegetação rasteira, capim, pequenas plantas e raízes superficiais. O serviço inclui o destocamento leve quando necessário, o enleiramento, a coleta e a destinação do material removido, deixando a área limpa e preparada para as etapas subsequentes da obra. Não



contempla supressão de árvores de médio ou grande porte nem uso de equipamentos mecanizados.

Medição: será medido por metro quadrado limpo. (m²)

2 - FUNDAÇÃO

EXECUÇÃO DE RADIER ESPESSURA 15CM FCK=30MPA E TELA Q=283

Execução de radier em concreto armado com espessura de 15 cm e resistência característica $f_{ck} = 30$ MPa, abrangendo todas as etapas necessárias à sua perfeita execução. Inicialmente, realiza-se a limpeza, regularização e compactação do subleito, garantindo suporte adequado, seguida da execução de lastro de brita e lona.

Na sequência, procede-se à montagem das formas laterais e à colocação da armadura constituída por tela soldada tipo Q-283, devidamente posicionada com uso de espaçadores para assegurar o cobrimento mínimo conforme ABNT NBR 6118.

O concreto é lançado de forma contínua, espalhado e adensado mecanicamente (vibrador), evitando segregações e garantindo o completo preenchimento. O acabamento superficial deve assegurar nivelamento e planicidade adequados, podendo incluir desempenho mecânico ou manual.

Por fim, realiza-se a cura do concreto por período mínimo recomendado em norma, garantindo o adequado desenvolvimento da resistência. Estão incluídos no serviço mão de obra, materiais, equipamentos, controle tecnológico básico e limpeza final da área executada.

Medição: será medido por metro quadrado de radier executado. (m²)



IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CONCRETO NÃO ESTRUTURAL COM ADITIVO HIDRÓFUGO

Material utilizado para impermeabilizar a fundação da estrutura, o radier, com espessura de 2cm. O item remunera o fornecimento e execução de impermeabilização em argamassa de concreto não estrutural impermeável, com as seguintes características:

- a) Consumo de cimento mínimo de 350 Kg/m³;
- b) Relação água/cimento (a/c) máxima de 0,5 (50 litros de água para cada 100 Kg de cimento);
- c) Aditivo hidrófugo impermeabilizante de pega normal e origem mineral, consumo de 0,50 litro para cada 50 Kg de cimento; referência comercial Sika-1 da Sika ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução do serviço.

Medição: será medido por metro cúbico de impermeabilização (m³)

3 - ESTRUTURA E SAÍDA DE AR

ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 CM - CLASSE A

Material que deverá ser utilizado nas paredes das sepulturas. Estes deverão ser devidamente grauteados nos lugares adequados. O item remunera o fornecimento de materiais e mão de obra necessária para a execução de alvenaria estrutural, para uso aparente, confeccionada em bloco vazado de concreto de 14 cm e resistência mínima de 8 MPa, classe A; assentada com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia. Norma técnica: NBR 16868/20.

Medição: será medido por metro quadrado instalado. (m²)



LAJE PRÉ-FABRICADA MISTA VIGOTA TRELIÇADA/LAJOTA CERÂMICA - LT 12 (8+4) E CAPA COM CONCRETO DE 25 MPA

Laje para execução de cada piso dos três andares das sepulturas. O item remunera o fornecimento de vigota pré-fabricada treliçada (VT) e lajota cerâmica com altura de 8 cm; concreto com fck maior ou igual a 25 MPa, para o capeamento, conforme NBR 6118; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de estocagem das vigotas e lajotas cerâmicas; conforme exigências e recomendações do fabricante; o transporte interno à obra; o içamento das vigotas e das lajotas cerâmicas; a montagem completa das vigotas treliçadas e das lajotas cerâmicas; a execução do capeamento com 4 cm de altura, resultando laje mista com altura total de 12 cm; a execução e instalação da armadura de distribuição posicionada na capa, para o controle da fissuração; o escoramento até 3,00 m de altura e a retirada do mesmo. Não remunera o fornecimento de materiais e a mão de obra para a execução da armadura transversal, da armadura superior de tração nos apoios e balanços, quando necessárias e também do aço para armadura de distribuição.

Medição: será medido por metro quadrado de laje instalada. (m²)

IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CONCRETO NÃO ESTRUTURAL COM ADITIVO HIDRÓFUGO

Material utilizado para impermeabilizar cada laje da estrutura, com espessura de 2cm. O item remunera o fornecimento e execução de impermeabilização em argamassa de concreto não estrutural impermeável, com as seguintes características:

- a) Consumo de cimento mínimo de 350 Kg/m³;
- b) Relação água/cimento (a/c) máxima de 0,5 (50 litros de água para cada 100 Kg de cimento);



c) Aditivo hidrófugo impermeabilizante de pega normal e origem mineral, consumo de 0,50 litro para cada 50 Kg de cimento; referência comercial Sika-1 da Sika ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução do serviço.

Medição: será medido por metro cúbico de impermeabilização (m³)

ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA-50 (A OU B) FYK = 500 MPA

Barras de 10mm para serem utilizadas nas colunas que serão grauteadas. O item remunera o fornecimento de aço CA-50 (A ou B) com fyk igual 500 MPa, dobramento, transporte e colocação de armaduras de qualquer bitola e qualquer comprimento; estão incluídos no item os serviços e materiais secundários como arame, espaçadores, perdas decorrentes de desbitolamento, cortes e pontas de traspasse para emendas.

Medição: será medido por quilo de aço utilizado. (Kg)

GRAUTE FGK=30 MPA; TRAÇO 1:0,02:0,9:1,2 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ CAL/ AREIA GROSSA/ BRITA 0) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L

As áreas grauteadas estão apontadas no projeto. Todas as extremidades verticais e, no caso das quadras com sepulturas para os dois lados, grautear a metade da distância entre as extremidades verticais de cada parede. Execução de graute com fgk = 30 MPa, no traço 1:0,02:0,9:1,2 (cimento, cal, areia grossa e brita 0), com preparo mecânico em betoneira de 400 L, garantindo mistura homogênea e fluidez adequada. Inclui limpeza e umedecimento prévio das superfícies, lançamento contínuo para completo preenchimento, eventual adensamento leve e cura do material, conforme normas técnicas.



CHAPISCO

Chapisco na parte interna e externa de cada sepultura e base da quadra. O item remunera o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessária para a execução do chapisco.

Medição: Será medido por metro quadrado de parede chapiscada (m²).

EMBOÇO COMUM

Emboço comum na parte interna e externa de cada sepultura e base da quadra. O item remunera o fornecimento de cal hidratada, areia, cimento e a mão-de-obra necessária para a execução do emboço comum sarrafeado.

Medição: Será medido por metro quadrado de parede desempenada (m²).

IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA POLIMÉRICA PARA UMIDADE E ÁGUA DE PERCOLAÇÃO

Impermeabilização na parte interna de cada sepultura até a metade da altura, 30cm, sendo impermeabilizado as duas paredes laterais, o fundo e o piso de cada sepultura. O item remunera o fornecimento de impermeabilização com argamassa polimérica, compreendendo:

- a) Argamassa polimérica, bi-componente, à base de dispersão acrílica e cimentos aditivados, com as características técnicas,
 - Bi-componente: componente A (resina) à base de polímeros acrílicos, componente B (pó cinza) à base de cimentos especiais, dotados de aditivos impermeabilizantes, plastificantes e agregados minerais preparados na proporção recomendada pelo fabricante, atóxico, inodoro, que não altera a potabilidade da água; atenda às exigências mínimas da NBR 11905 e às características técnicas acima descritas;



- Materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços, inclusive limpeza da superfície.

Medição: será medido por metro quadrado impermeabilizado. (m²)

CAP PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL

Fornecimento de cap em PVC rígido, soldável, DN 50 mm, série normal, destinado ao fechamento das extremidades nas tubulações de respiro de cada sepultura e da junção delas.

Medição: será medido por unidade fornecida. (Unid.)

TUBO DE PVC RÍGIDO BRANCO PxB COM VIROLA E ANEL DE BORRACHA, LINHA ESGOTO SÉRIE NORMAL, DN= 50 MM, INCLUSIVE CONEXÕES

Tubulação e conexões utilizadas para executar a saída de ar de todas as sepulturas, conforme detalhado em projeto. O item remunera o fornecimento de materiais e mão de obra, e instalação de tubos de PVC rígido branco, PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões. Nos tubos deverão estar gravados marca do fabricante, norma de fabricação e o diâmetro do tubo; remunera também:

- a) Solução limpadora e pasta lubrificante para juntas elásticas, materiais acessórios e eventuais perdas de corte;
 - b) Abertura e fechamento de rasgos para tubulações embutidas, ou escavação e reaterro apiloado de valas com profundidade média de 60 cm para tubulações enterradas ou fixação por grampos ou presilhas para tubulações aparentes.
- Normas técnicas: NBR-5688, NBR-8160.

Medição: será medido por metro linear instalado. (m)



CONCRETO NÃO ESTRUTURAL EXECUTADO NO LOCAL, MÍNIMO 300 KG CIMENTO / M³

Concreto utilizado para cobrir o barrilete, a tubulação que ficará em cima da última laje nas sepulturas. O item remunera o fornecimento de betoneira, pedra britada números 1 e 2, cimento, areia e a mão-de-obra necessária para o preparo do concreto não estrutural, com teor mínimo de 300 kg de cimento por m³ de concreto.

Medição: será medido por metro cúbico utilizado. (m³)

4 - FECHAMENTO E ACABAMENTO

PLACA CERÂMICA ESMALTADA PEI-4 PARA ÁREA INTERNA COM SAÍDA PARA O EXTERIOR, GRUPO DE ABSORÇÃO BIIB, TRÁFEGO MÉDIO, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE INDUSTRIALIZADA

Placas utilizadas para revestir toda a parte externa das sepulturas (laterais, fundo e frente), exceto as tampas. O item remunera o fornecimento de placa cerâmica esmaltada de primeira qualidade (classe A ou classe extra), tipo acetinado para tráfego médio, indicada para pisos internos ou áreas internas com saída para o exterior, com as seguintes características:

- a) Referência comercial: Savane, Artens ou equivalente;
- b) Absorção de água: $3\% < \text{Abs} < 6\%$, grupo BIIB classificação esmaltado (média absorção, resistência mecânica média);
- c) Resistência à abrasão superficial: tráfego médio;
- d) Resistência ao manchamento: classe de limpabilidade 5 (máxima facilidade de remoção de mancha);
- e) Resistência química: classe GL;
- f) Resistência ao risco (escala Mohs): > 5 ;
- g) Resistente a gretagem;
- h) Resistente ao choque térmico;
- i) Coeficiente de atrito: $< 0,4$ (não deslizante);



Remunera também o fornecimento de argamassa colante industrializada tipo AC-II, a mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza e preparo da superfície de assentamento, preparo e aplicação da argamassa colante industrializada, e o assentamento das peças conforme exigências das normas e recomendações dos fabricantes. Não remunera os serviços de regularização da superfície e de rejuntamento. Normas técnicas: NBR 9817, NBR 13816, NBR 13817, NBR 13818 e NBR 14081-1.

Medição: será medido por metro quadrado instalado. (m²)

PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³

Item para execução das tampas armadas individuais de cada sepultura. Dimensão unitárias de 89cm por 58cm e 7cm de espessura. Execução de peça pré-moldada de concreto armado com formato retangular, volume individual entre 10 e 30 litros, incluindo formas, lançamento e adensamento do concreto, com resistência conforme projeto. Contempla armação com taxa aproximada de 30 kg de aço por m³ de concreto, devidamente posicionada e com cobertura adequado. Inclui desforma, cura, manuseio e armazenamento das peças, atendendo às normas técnicas vigentes.

REJUNTAMENTO EM PLACAS CERÂMICAS COM CIMENTO BRANCO, JUNTAS ACIMA DE 3 ATÉ 5 MM

O item remunera o fornecimento de cimento branco comum não estrutural, a mão de obra necessária para os serviços de preparo da pasta de cimento, aplicação da pasta nas juntas, acabamento final com a utilização de esponja macia ou frisador plástico, de acrílico ou de madeira e a limpeza das juntas. Norma técnica: NBR 9817.

Medição: será medido por metro quadrado executado. (m²)



PLACA CERÂMICA ESMALTADA PEI-4 PARA ÁREA INTERNA COM SAÍDA PARA O EXTERIOR, GRUPO DE ABSORÇÃO BIIB

Fornecimento de placa cerâmica esmaltada para revestimento das tampas individuais de cada sepultura. As tampas serão colocadas e devidamente seladas conforme a utilização das sepulturas. As tampas poderão ficar armazenadas dentro de sua respectiva sepultura, onde futuramente será utilizada. O revestimento será executado após o fechamento da sepultura com a tampa. Portanto este serviço será feito posteriormente pela prefeitura. O item remunera somente o fornecimento do material das placas cerâmicas esmaltadas.

Medição: será medido por metro quadrado fornecido. (m²)

5 - ENTULHO

REMOÇÃO DE ENTULHO DE OBRA COM CAÇAMBA METÁLICA - MATERIAL VOLUMOSO E MISTURADO POR ALVENARIA, TERRA, MADEIRA, PAPEL, PLÁSTICO E METAL

O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico e metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, abrangendo:

a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;



- b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;
- c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;
- d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;
- e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados.
- f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;
- g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.

Medição: será medido por metro cúbico coletado. (m³)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os produtos devem ser de **boa qualidade e dentro das especificações técnica indicadas na planilha orçamentária;**

O assentamento deve ser executado por profissional experiente, garantindo prumo, alinhamento e nivelamento;

O uso de EPIs é obrigatório durante toda a execução;



RECEBIMENTO DA OBRA

Concluídas as obras, procederá a Prefeitura, no prazo de até 15 dias seguintes ao da entrega da comunicação de conclusão, que por escrito e nesse sentido lhe fizer a Contratada, seu exame minucioso a sua medição final a fim de recebê-la provisoriamente.

A Prefeitura poderá realizar, por meio de laboratórios contratados, ensaios referentes à qualidade e resistência dos materiais empregados na obra que, se em desacordo com as Normas aplicáveis à espécie, deverão ser substituídos pela Contratada às suas próprias expensas.

Após esse recebimento provisório, ficará a Contratada obrigada a realizar, às suas expensas e durante um período de observação de 6 (seis) meses, os reparos e substituições indicados pela Prefeitura em consequência de vícios de execução. Findo o prazo de observação de 6 (seis) meses, dentro de 20 dias seguintes ao da entrega da comunicação de conclusão, que por escrito e nesse sentido lhe fizer a Contratada, procederá a Prefeitura ao exame para recebimento definitivo, do qual se lavrará respectivo termo.

A Contratada fica responsável pela qualidade e segurança da obra, pelo período de 5 (cinco) anos, contados de seu recebimento definitivo.

Jaguariúna, 09 de março de 2026.

Sandoval de Paula Leite Neto
Secretário de Obras e Serviços

Eng. Ivan Luiz Ribeiro da Silva jerônimo
CREA – 5070323459